

LINGUAGEM E POLÍTICA: OS REBELDES DE 1817 E SUAS TEIAS DE COMUNICAÇÕES SEDICIOSAS

Flavio José Gomes Cabral
Universidade Católica de Pernambuco
gomescabral@uol.com.br

Entre princípios do mês de março e meados de maio de 1817, uma revolução eclodiu no Norte da América portuguesa, tendo como epicentro Pernambuco. Foi liderada por elementos ligadas ao clero e aos setores da burguesia comercial regional, porém internacionalizada, além de pessoas unidas a administração. Essas novas elites dirigentes emergiram na cena política e visavam a romper os laços com o trono, chegando os insurretos à tomada do poder por 74 dias. Isso representou, ao ver de Carlos Guilherme Mota (ANO, 1972, p. 2), no "primeiro traço realmente significativo de descolonização acelerada e radical". Se a revolução, como a designava sua liderança, não triunfou, os mantenedores do Antigo Regime não conseguiram um retorno pacato ao *status quo* anterior.

A revolução de 1817 não foi obra do caso. Há muito tempo olhos observadores percebiam alteração nos ânimos em Pernambuco. O capitão Hareng, da nau *La Perle*, foi um dos que achava que o progresso das rebeliões das colônias espanholas poderia influenciar os pernambucanos (LIMA, 1996, p. 509-510). Dentre outros fatores, essas observações "eram, em última instância, prova cabal de que a ordem legitimista corria sérios riscos no Brasil" (PIMENTA, 2015, p. 267). Na realidade a revolução vinha sendo exercitada havia alguns anos em casas particulares a sombra da maçonaria. Nesses ambientes realizavam-se reuniões com o objetivo de tramar contra a política de Antigo Regime acusada de subtrair as esperanças da população. Segundo comentários, os responsáveis pela organização de tais reuniões eram os maçons que, agrupados nas casas do negociante

Domingos José Martins, do padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, do comerciante Cabugá (Antônio Gonçalves da Cruz), e do cirurgião Vicente Peixoto, debatiam assuntos do domínio da política, além de iniciarem pessoas no seio da agremiação (CABRAL, 2017, p. 260).



Tinha-se conhecimento que em várias casas muita gente se reunia para orquestrar a revolução

Era de conhecimento que em várias casas se preparava um levante contra a Coroa e havia o desejo de propagar aquelas ideias entre a população, sendo para isso importante "abrir quatro lojas maçônicas, e nelas seriam admitidos todos os seus patrícios e compatrícios que julgassem capazes, e quisessem entrar para defesa dos negócios supostos" que lhes seriam revelados após suas iniciações (DH, 1955, p. 233-234, CVII). Um dos espias do governo infiltrado nas ruas ouviu comentários que o médico dr. Brito, o negociante Tomás de Aquino, o lojista Vicente Ferreira Gomes, o alfaiate José do Ó Barbosa, o secretário do governo José Carlos Mairink conversava entre si e com outras pessoas além de catequisarem pessoas a entrarem em algumas casas em altas horas (DH, 1955, p. 251, v. CVII). Para o espião, tais pessoas estavam envolvidas em movimentos subversivos.

O grande medo é que o populacho tomasse parte naquelas armações uma vez que se tinha conhecimento que andavam arredios descontentes com o governo e a carestia que envernizava a vida da população. Ficava, portanto, claro que havia uma visão de que as camadas mais simples eram "um ramo indisposto contra o trono e que necessita de uma cautela aguda e vigilantíssima", se deixando seduzir com a palavra liberdade. (DH, 1955, p. 246-247, v. CVII).

No dia 6 de março de 1817, ao amanhecer, podia-se andar calmamente pelas ruas recifenses. Vivia-se o tempo quaresmal quando o número de devotos passou a frequentar com mais intensidade os templos. As igrejas abertas recebiam os fiéis; as casas de negócios estavam com seu movimento regular; as águas do Capibaribe, como

sempre, tinham canoas e canoeiros levando pessoas e coisas. Lá para as 11 horas, o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro recebeu a notícia de que um motim estava para acontecer e imediatamente expediu ordem de prisão para algumas pessoas tidas como suspeitas de planejar a rebelião. Houve reação no quartel de artilharia havendo mortes. Imediatamente as ruas foram tomadas pondo em pânico a população. O governador fugiu do Palácio do Colégio, antiga casa jesuíta, refugiando-se com a família e amigos achegados no Forte do Brum.

No Forte de Cinco Pontas a reação foi imediata pondo os habitantes que por ali moravam em polvorosa. Muita gente que morava naquelas cercanias temerosa procurou fugir da localidade pela porta dos fundos, uma vez que, ficando a casa num ângulo entre duas ruas, se tornava alvo perfeito de ataque. De dentro da residência, os abrigados ouviam gritos de "viva a Pátria!" sem se darem conta do significado da expressão. De uma das janelas, Tollenare, viajante francês, viu padre João Ribeiro no meio dos insurgentes dando ordens e posteriormente se dirigindo à casa do francês gritando: "*Soou a hora da liberdade! O Brasil está liberto dos seus tiranos!"* Foi então que o viajante francês entendeu o sentido de toda a agitação. O padre propôs um brinde, mas o estrangeiro preferiu se acautelar por achar o momento muito crítico, limitando-se a beber pela saúde de todos.

No dia 7 de março, o governador então refugiado no Forte do Brum foi obrigado a capitular, seguindo imediatamente para o Rio de Janeiro. Ainda nesse mesmo dia seria eleito o Governo Provisório da república, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, que ficou encabeçado pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro; [1] por Domingos José Martins, representante do comércio; [2] por José Luís de Mendonça, responsável pela magistratura; [3] por Manuel Correa de Araújo, responsável pela

[1] Natural de Igarassu, por ocasião do desbarate da República, enforcou-se no engenho Paulista. Após a vitória da coroa, sua sepultura foi aberta por ordem de Rodrigo José Ferreira Lobo e sua cabeça foi cortada e exposta em praça pública no Recife. IAHGP. Mapa curioso que contém o nome dos indivíduos abrangidos na revolta perpetrada em Pernambuco em 6 de março de 1817.

[2] Natural da capitania do Espírito Santo, tinha 35 anos na época da rebelião e era comerciante. Sua prisão ocorreu em 20 de maio de 1817 em Ipojuca. Morreu fuzilado na Bahia em 12 de junho daquele ano, segundo sentença da comissão militar. IAHGP. Mapa curioso que contém os nomes dos indivíduos abrangidos na revolta de Pernambuco perpetrada a 6 de março de 1817, dividido em cinco sessões.

[3] Natural de Porto Calvo (Alagoas), era advogado residente no Recife. Foi preso em 22 de maio de 1817 e logo em seguida encarcerado na Bahia, onde o fuzilaram por ordem da comissão militar em 12 de junho de 1817. IAHGP. Mapa curioso...

agricultura; [4] e por Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, responsável pelos militares. [5] Para compor o conselho, foi escolhido o desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, [6] o dicionarista Antônio[7] Morais e Silva, o doutor José Pereira Caldas, o deão Bernardo Luís Ferreira Portugal e o negociante Gervásio Pires Ferreira.

A revolução iniciada em Recife em 6 de março de 1817 teve seus sonhos e motivos. Muito se escreveu sobre eles. Fala-se de uma grande seca que atacou a região e que abateu todo sistema econômico pernambucano sem contar com a carestia que grassava e prejudicava a população. Talvez não seja o objetivo central desse texto tocar nesses pontos, entretanto é pertinente observar algumas dessas nuances para se intender o contexto histórico em que os descontentamentos em viver em uma sociedade de Antigo Regime afloraram canalizando para aflorar rebeldias.

Com a "interiorização da metrópole", para utilizar a famosa expressão de Maria Odila Dias, cresceram a carga tributária sobre a capitania cujo dinheiro servia para manter o luxo dos cortesãos. Por esses brasis não faltavam comentários denunciando os escândalos da casa real e as imoralidades da corte. Um verso de Manuel Caetano distribuído pelas ruas recifenses em pleno calor da revolução dava conta dessas improbidades além de denunciar a corte de achatar a população com tributos exagerados fomentando mal-estar:

> Sem grande corte na corte,
> Não se goza um bem geral;
> Que a corte é quem nos faz bem,
> A corte é quem nos faz mal.
>
> (Costa, 1958, p. 427)

[4] Coronel das milícias do Recife, era natural de São Lourenço da Mata e senhor do Engenho Camaragibe. Foi preso no dia 12 de novembro de 1817 e teve como advogado o desembargador Caldas. IAHGP. Mapa curioso...

[5] Capitão de artilharia, foi preso em um engenho no dia 5 de julho de 1817. Morreu enforcado, conforme pronunciamento da comissão militar em 10 de julho daquele ano. IAHGP. Mapa curioso...

[6] Natural de São Paulo, exercia o cargo de ouvidor em Olinda. Apresentou-se voluntariamente, sendo aprisionado no Quartel-General do Recife. Durante seu julgamento, na qualidade de advogado, foi defendido por si mesmo. IAHGP. Mapa curioso...

[7] Recifense, era vigário-geral da diocese olindense, tinha 62 anos na época da revolução. Foi preso no dia 22 de maio de 1817 em Olinda e defendido por si mesmo no inquérito aberto para conhecer os fins do movimento em tela. IAHGP. Mapa curioso...

Tudo leva a crer que a ação revolucionária estava marcada para eclodir no dia 16. No dia 1º, porém, houve nova denúncia, quando então o governador Caetano Pinto resolveu agir precipitando a revolta. No dia 4, através da ordem do dia, pedia às tropas obediência à monarquia e harmonia entre brasileiros e portugueses. No dia seguinte, por intermédio de uma proclamação à população, aquela autoridade fez apologias à promoção do Brasil à categoria de Reino Unido, sublinhando todos serem vassalos do mesmo monarca. Estava, portanto, deflagrado um importante movimento.



Bênção da bandeira. Óleo sobre tela de Antônio Parreiras. Arquivo do Estado de Pernambuco

A bandeira da República foi consagrada numa cerimônia realizada no Campo do Erário depois chamado de Campo da Honra. Tanto o recém-instalado governo quanto a revolta que o viabilizou precisavam inventar um ato inaugural, ou melhor, uma cena pública que os consagrasse e através das alocuções proferidas pontuassem as responsabilidades do patriota. Dessa maneira, criava-se um estatuto social que rompia com o rei. Quando as tropas de D. João VI venceram os rebeldes ao entrarem no Recife, uma das primeiras providências foi organizar festas celebrando a retomada da região aos domínios do rei. A Matriz do Corpo Santo tornou-se um desses teatros de encenação política com bênçãos do Santíssimo Sacramento, sermões e rezas. A própria entrada do governador Luís do Rego Barreto em junho de 1817 foi motivo uma festa, porque além de ele representar o próprio rei sua entrada na cidade reafirmava o contrato com D. João VI, isto é, restaurava-se, naquele momento a autoridade do monarca na região.

A República de 1817 foi em meados de maio, entretanto a rebelião em evidência fascina especialmente por suas ideias e ajuda a entender os movimentos constitucionalistas ocorridos na província em 1820, quando os ventos, emanados da Revolução do Porto daquele ano, ali chegaram exigindo a constitucionalização do reino com a substituição do governador régio pelo de junta de governo provisório eleito, oferecendo às províncias certa autonomia. Na realidade, explica Marcus Carvalho: [8]

> O desejo por maior autonomia, e até separação, já era antigo entre muitos letrados e liberais mais "exaltados". Mas isso não significava aderir ao Rio de Janeiro. Muito pelo contrário. Veio de lá a repressão a 1817, quando as tropas fiéis à Sua Majestade fidelíssima chegaram ao cúmulo de executar até padres. Depois de tudo, entre os áulicos de Pedro continuava atuante Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o governador deposto naquela rebelião, o qual seria nomeado para a pasta da Fazenda em janeiro de 1822.

Quando ao debate político não resta dúvida que tinha sido organizado pelas elites em algumas reuniões sediciosas contando com a presença de jovens rapazes, alguns deles com formação acadêmica tendo passado pela Universidade de Coimbra quando esta foi reformada, em 1772, pelo marquês de Pombal, o que afiançava que estariam imbuídos das ideias ilustradas. (SILVA, 2013, p. 44) Entre aquele ano e 1807, quando a corte se mudou para o Brasil, 83 pernambucanos estudaram naquela instituição, número por sinal acanhado em comparação com outras localidades como o Rio de Janeiro (145), Minas Gerais (132) e Bahia (131)). Alguns daqueles jovens, após terminarem os estudos, se tornaram magistrados, chegando a exercer cargos na Fazenda e em outras instituições, outros seguiram o magistério (CABRAL, https://doi.org/10.14295/rbhcs.v7i14.317)

A República de Pernambuco se inspirou no federalismo norte-americano, modelo que se encaixava nos interesses locais e sua luta autonomista. Durante os debates sobre o projeto da futura Constituição, resolveu-se que ela deveria ter como base a Carta dos Estados Unidos, reservando, evidentemente, as peculiaridades locais. (CABRAL, 2017, p. 153). De um modo geral, os insurgentes nutriam admiração pela política estadunidense, e isso ficou demonstrado quando a junta de governo, ao se

[8] CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis, p. 333-4.

comunicar com o presidente James Monroe em 12 de março pedindo apoio, esclarecia que era a "brilhante revolução" daquele povo que o movimento pernambucano procurava imitar" (DH, 954, p. 18-19, v. CI). O conteúdo dessa missiva seria divulgado no jornal Norfolk Herald Office de 24 de abril de 1817, que procurou abrir um canal para tecer comentários sobre os acontecimentos pernambucanos e explicava que os insurgentes estavam em vias de solicitar apoio do governo para que reconhecesse a nova república e de propor alianças comerciais de mútuos interesses. (BOURDON, 1915, p. 262-263).

BIBLIOGRAFIA

BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra*: ambassedeur du Royaume-Uni de Portugal et Brèsil a Washington (1816-1820). Paris: Fundação Caloustre Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1975. p. 262-263. (Fontes documentais portuguesas, 6)

CABRAL, Flavio José Gomes. Os homens, as ideias, os escritos e os projetos políticos no Norte da América portuguesa oitocentista. *Revista brasileira de história & ciências sociais*. 2105. P. 267-289. https://doi.org/10.14295/rbhcs.v7i14.317

____. *Independências*: Os Estados Unidos e a República de 1817. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 149-165. https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/viewFile/2931/2281

___. *A linguagem política oitocentista*: cartas, panfletos, versos e boatos no norte da América portuguesa. História Unisinos, 21 (2), 2017, p. 259-269. doi: 10.4013/htu.2017.212.10

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcanti e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824, *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, p. 333-334, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext. Acesso em: 20.10.2017.

COSTA, F.A.P. da. 1958. *Anais pernambucanos*. Recife, Arquivo Público Estadual, vol. VII.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. Nordeste. São Paulo: Perspectiva, 1972,

PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Pernambuco e a cultura da Ilustração*. Recife: Editora da UFPE, 2013.

Fontes primárias

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 18-19, v. CI.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). 1955. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Biblioteca Nacional, v. CVII.

IAHGP. Mapa curioso que contém os nomes dos indivíduos abrangidos na revolta de Pernambuco perpetrada a 6 de março de 1817